

O ARQCHIVO VERMELHO: UMA REVISTA DE OPINIÃO

*Lincoln de Abreu Penna**

A revista quinzenal *Arquivo¹ Vermelho*, editada pelo jornalista Silva Paranhos, circulou nos anos de 1918 e 1920 na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Com tiragem inicial de 12 mil exemplares, depois alcançando os 15 mil, esse periódico se propunha a registrar os crimes cometidos na capital federal. Em seu primeiro número, o editorial principia com as seguintes palavras: "*Pode-se afirmar, com segurança, que o Rio de Janeiro é uma das cidades que maior contingente oferece à estatística criminal*". A condição de metrópole violenta se explica, provavelmente, pela repercussão que esses fatos tinham quando ocorridos no Rio.

Na verdade, e na maioria das vezes, os fatos reportados diziam respeito a questões passionais ou a latrocínios com algum tipo de perversidade. A busca de explicações para esses casos deve ter inspirado seu fundador a manter uma publicação regular especializada, até então inexistente na imprensa. Durante os dois primeiros anos da revista, a direção coube a Silva Paranhos, mas no último ano de circulação o diretor era Clodoveu de Oliveira, que imprimiu um caráter mais centrado na criminalidade propriamente dita, e não incluiu matérias de conteúdo mais social e político, ou ainda literário, como fazia seu antecessor. Como os números a contar do décimo oitavo ao quadragésimo sexto se extraviaram tornou-se impraticável saber as razões da mudança de direção operada na revista.

No seu primeiro número, Silva Paranhos expõe o que poderíamos designar de sua filosofia editorial.

O ARCHIVO VERMELHO propõe-se a registrar essa série de monstruosidades que impressionam, comovem, apavoram, infundem terror. (...) O nosso povo devora os livros em que os crimes são obra da fantasia dos escritores. (...) Pois bem. Aqui, nesta revista quinzenal, ele assistirá a passagem de tipos reais, de criminosos que vivem ou vivem entre nós, na nossa sociedade. Assassinos, ladrões, cáftens, estelionatários, desvirginadores, os criminosos políticos, ratoeiros, falsários, sedutores, os que perturbam a felicidade dos lares alheios, os que fazem do amor o caminho para chegar à fortuna, os espancadores, os que maltratam menores, os aberrados de toda espécie – todos eles diante dos leitores, sejam plebeus ou

*nobres, ricos ou paupérrimos passarão entre as imagens deste caleidoscópio que jamais sacrificará os interesses da verdade. (...) o ARCHIVO VERMELHO será o noticiário completo dos crimes e dos criminosos no Rio de Janeiro. (...) Agradamos? Pouco nos importa. Cumpriremos um programa.*²

Pouco importava, mas no número 3, que circulou na segunda quinzena de fevereiro do seu primeiro ano de existência, a revista publica uma reação às matérias veiculadas em seus primeiros números. Era uma carta-denúncia da "Liga Pela Moralidade", assinada por seu presidente, João Peixoto Fortuna, que protestava com o teor das notícias do periódico. Neste documento integralmente transcrito na revista, apesar de seu conteúdo radicalmente contrário à filosofia do quinzenário, tal Liga invoca uma discutidíssima tese segundo a qual:

os crimes publicados são logo repetidos por indivíduos que apenas tinham uma criminalidade latente, que de outra forma assim continuaria sempre. (...) Os seus leitores passarão a supor que a regra geral da humanidade é saquear, roubar, matar, estuprar, que isto não tem mesmo importância, e quando vier à ocasião não hesitarão em repetir o que tantas vezes leram.

Mas nem toda a reação foi desfavorável, ao contrário, haja vista a rápida difusão da revista que teve seus primeiros números esgotados. No quinto número, sob o título "Resposta Categórica", certamente em alusão às críticas dos responsáveis pela Liga, a revista transcreve o posicionamento dos editores do jornal *A Rua*. Dizem eles:

*Há quem condene a publicação detalhada dos dramas sociais, dos crimes sensacionais, que apaixonam as multidões. Esta opinião, entretanto, não procede, porque se as vezes o exemplo estimula alguns cérebros doentios, a profligação dos atos que põem fora da sociedade os elementos maus nela incubados reprime sempre o estuar das paixões, contém os profissionais do crime em muitos casos em que eles agiriam se não fora a certeza da publicidade, que leva os seus atos ao conhecimento e julgamento da opinião pública. (...) Por isso justifica-se perfeitamente a existência do novo periódico *Archivo Vermelho*, que registra todos os grandes fatos policiais que ocorrem nesta Capital, sob a direção de um dos mais antigos e competentes repórteres policiais militantes nos diários cariocas.*³

Neste mesmo quinto número, a revista comunica aos seus leitores que seguindo a praxe da imprensa, no início de um periódico "*todas as pessoas a quem enviamos a revista*

e que não a devolveram até o 3º número são consideradas nossas assinantes.” Ainda em relação aos termos de qualificação da revista, a partir do sexto número há um acréscimo, sob forma de um subtítulo que procura defini-la, Revista Policial Ilustrada. Com as mudanças que acontecerão bem mais tarde, já no terceiro ano de circulação do periódico, o sub-título, passa a caracterizá-la como Revista Policial Criminal e Forense.

Silva Paranhos, que fez parte do *Jornal do Brasil*, teve a idéia de dar às coberturas dos fatos criminais revestidos, em geral de forte impacto em virtude da violência que encerravam, um caráter mais do que jornalístico. Era preciso que tais fatos pudessem ser examinados à luz de uma percepção técnica, de uma abordagem de quem entendesse o rito dos processos, de tal forma que o público leitor não só tomasse conhecimento dos crimes como pudesse compreender o grau e a tipologia segundo a criminologia. Nada melhor que esse *expert* fosse alguém que tivesse a sensibilidade no trato das questões e alguma notoriedade no jornalismo. Era o caso de Evaristo de Moraes, que desde os primeiros anos do século XX, tornara-se colaborador do *Correio da Manhã*. Além do mais, Evaristo de Moraes era um grande admirador de Rui Barbosa que se tornara influente jornalista desde os tempos em que passara a escrever também, como Paranhos, para o *Jornal do Brasil*, e é possível que inspirado em Rui, Evaristo, que já tivera uma experiência jornalística na efêmera *Folha Popular*, pelos idos de 1891, quisesse agora reeditar essa atividade.

O simpatizante da causa operária não poderia deixar de participar da empreitada de Silva Paranhos. O Rio conhecera entre os anos de 1917 e 1920 o auge das atividades militantes do anarquismo⁴. Dessa maneira, quando a revista surge e é veiculada durante boa parte desse período, o clima de agitações influiria, sem dúvida, no conteúdo de um periódico até então destinado exclusivamente para um outro tipo de violência, particular ou privada, nem sempre – aquela época – associada à problemática econômica e social da sociedade brasileira. Mas, como costuma acontecer com os veículos de comunicação, especialmente os periódicos, a interferência da conjuntura política do país acabaria por introduzir modificações na concepção original da revista.

Assim, os números subseqüentes passaram a ter a colaboração do advogado Evaristo de Moraes, respeitado tribuno, que assumiria pouco tempo depois à função de redator-chefe dessa publicação. É provável que a influência desse criminalista tenha introduzido na revista um caráter mais político⁵, tirando a sua feição um tanto ou quanto sensacionalista na cobertura de crimes e atos de violência. Além disso, inicia uma série de relatos sobre a experiência acumulada no desempenho de sua atividade de criminalista, sob

o título de “Reminiscências de um rábula criminalista”, que seria transformado em livro.⁶ Ilustrar e oferecer ao leitor um conteúdo informativo e jornalístico de alta qualidade, se não foi este o objetivo, não há dúvida que a presença do responsável pelas matérias doravante produzira este efeito. Da seguinte forma o responsável pela revista comunica a presença do novo integrante da publicação.

Numa cidade onde os bacharéis pululam e as competições assumem por vezes um caráter de luta irreduzível, Evaristo de Moraes que ao tempo ainda não era formado, conseguiu, pelo seu talento e pela honestidade com que exercia a sua profissão, cercar-se de uma tal auréola de valor que dentro em pouco se tornava o patrono de todos os protagonistas das causas célebres que surgiram no palco do tribunal do júri.(...) E quantos desses devem ao seu talento admirável associado ao brilhantismo da sua palavra persuasiva o terem transposto as portas do tribunal ilibados da responsabilidade dos crimes monstruosos que uma série de circunstâncias acumuladas parecia emprestar-lhe a autoria.(...) Mas o talento de Evaristo de Moraes não se revela apenas na tribuna do advogado. É principalmente empunhando a pena do jornalista que o nosso ilustre colaborador encontra ensejo para o patentear de modo iniludível. (Silva Paranhos⁷)

A inclusão de fatos de natureza histórica, como a evocação do Atentado contra o presidente Prudente de Moraes, em 5 de novembro de 1897⁸, ou políticas como a matéria que trata das atividades dos sindicalistas de orientação anarquista em meio à ação provocadora da polícia, são exemplos da reorientação imprimida por Evaristo de Moraes no periódico, cuja circulação já alcançava os 15 mil exemplares, segundo o expediente da revista. Era previsível que isso acontecesse, pois se antes o número de leitores interessados no noticiário exclusivamente criminal já atingia um bom público leitor, quando enveredou para as questões de caráter social e político, enriquecendo a cobertura até então exclusivamente de atos criminosos, o interesse aumentou consideravelmente.

Em seu primeiro número, aquele que se refere à violência existente na Cidade do Rio de Janeiro, *ARCHIVO VERMELHO* expôs os princípios norteadores de sua filosofia editorial. E nele há uma menção genérica quanto à natureza dos crimes e a origem de seus autores, numa clara alusão ao fato de que independente de classes ou posições sociais esses acontecimentos seriam divulgados. Para o seu responsável, a reação do público leitor importava pouco porquanto a ele interessava cumprir “um programa”. E será sobre este objetivo que nos propomos a acompanhar os números que circularam durante o relativamente curto período de sua existência.

A revista foi bem recebida pela imprensa da época. A *NOITE* dedicou algumas linhas quando da circulação de seu terceiro número, tornando-se assim uma espécie de madrinha do novo periódico que passaria a figurar na atividade jornalística carioca. “*Revista do crime não é bem dito, porque o 'ARCHIVO VERMELHO' é mais do que isso, trazendo o histórico, bem tratado e ilustrado, de todos os acontecimentos nos quais a polícia tem ação...*”, o jornal procurava reduzir o impacto provocado quando do surgimento da revista de Silva Paranhos, já que os dois primeiros números tinham introduzido descrições detalhadas de crimes que a simples menção horrorizava o leitor acostumado a meros registros sem detalhes.⁹

Evaristo de Moraes, que se encontrava em tratamento no litoral sul fluminense, região sul do Estado do Rio de Janeiro, escrevia carta a Silva Paranhos, datada de 26 de abril de 1918, dando conta de que sua colaboração regular na revista far-se-ia sob o título de “Reminiscências...”, de modo a reunir passagens de sua atividade como criminalista. A idéia era genial, pois os temas tratados e divulgados pelo periódico tinham tudo a ver com a militância advocatícia de Evaristo de Moraes, e ademais dotava a publicação de um caráter mais informativo e denso ao invés da simples exposição bruta e descritiva de crimes brutais e hediondos.

Meu bom amigo e distinto colega Silva Paranhos. (...) Saúde e paz de espírito. Estando como ainda estou em convalescença nesta deliciosa praia de Itacurussá --- que eu recomendo à tua atenção de reumático – somente vou uma vez por semana ao Rio e daí o ter recebido com atraso tua amável carta, solicitando colaboração para o teu brilhante "Archivo Vermelho", do qual me enviaste uma coleção.

Em seguida esclarece o tipo de colaboração que se propunha a dar para a revista do amigo.

Subordinarei essa colaboração ao título comum – Reminiscências de um rábula criminalista. Especialista em títulos e subtítulos, não sei se acharás neste algo de atraente; mas, para mim, é o mais adequado, visto como servirá para desculpar a audácia e a ignorância que, segundo os doutores, são as causas impulsionadoras do rabulismo. Sempre teu amigo e admirador. (Evaristo de Moraes. Itacurussá, 26 – IV – 1918¹⁰)

Em sua “Palavras de Explicação” ao livro “Reminiscências...”, Evaristo de Moraes revelara os dois motivos de ter mantido o título de suas crônicas transformado em alguns

dos capítulos do referida publicação. No primeiro a vaidade de quem sem título de bacharel “funcionou nas causas criminais mais graves e complicadas de certa fase da vida forense.” E o segundo motivo, o da “necessidade de fixar uma *data final* para estas evocações, parecendo-me que nenhuma mais plausível se me oferecia do que a do termo da minha condição rabulesca”.¹¹ A referência ao *Arquivo Vermelho* é feita no início da nota explicativa que contém longa e pormenorizada introdução de Evaristo de Moraes Filho, responsável pelo resgate da vida e obra de seu pai.

A participação de Evaristo de Moraes na revista tornou-a mais erudita sem que perdesse o cunho popular, e, por isso, abriu-se para um público mais intelectualizado, cujo interesse ultrapassava em muito à leitura rasteira dos fatos. Eram estudiosos da área do Direito. Estudantes e leitores ligados às atividades liberais interessados em acompanhar a fina e objetiva pena do rábula¹², termo que seria mais do que já era popularizado nos artigos sempre muito bem narrados pelo agora jornalista especializado nas matérias que fizeram da revista o primeiro periódico brasileiro a tratar especialmente do tema da criminalidade e sua relação com a sociedade. Na primeira reminiscência, o autor parece que abre o cenário de onde desfilariam inúmeras histórias por ele vividas.

*Foi em outubro de 1894. Funcionava arrastadíssima sessão, que vinha desde Julho ou Agosto, sob a presidência sisuda e pachorrenta do Dr. Costa França. (...) Naquele modesto e honrado escritório da rua da Alfândega, esquina da Uruguaiana, se não adquiri, como se poderá supor, os meus primeiros conhecimentos de Direito Criminal ali não cultivado, aprendi em compensação os princípios da mais rigorosa ética profissional, desde o que manda não transigir jamais com o direito do constituinte até o que determina não o explorar pecuniariamente. (...) Quando entrei no júri, tinha eu aberto meu escritório na rua da Constituição nº. 9, por cima de uma barbearia. Quem me convidou para experimentar minha retoriquire no tribunal popular foi Sá Freire, Melciades Mario, o mesmo que brilhou como deputado e senador e que agora manda subir ou descer o câmbio no Banco do Brasil.*¹³

Com essas linhas, Evaristo de Moraes situa-se e faz o mesmo do tempo em que iniciava sua vibrante atuação de criminalista, de modo a demonstrar conhecimento dos homens e de seus envolvimento com as coisas e manhas de um país ainda marcado pelos ares oligárquicos, próprio às classes dominantes de uma República que mantivera práticas sociais e políticas que vigoravam antes mesmo da “Proclamação” do regime em 1889. Florianista, já que não escondia suas simpatias pelo *Marechal de Ferro*, conseguia manter uma certa honestidade intelectual e integridade moral para não deixar também de admirar

Rui Barbosa, que viria, mais tarde a se desentender com Floriano. E a "revolta" de que Evaristo menciona no texto acima é a da Armada, que transcorreu de setembro de 1893 a março do ano seguinte contra o presidente em exercício Floriano Peixoto.

Mas a ironia e o discreto deboche do rábula fica logo evidente no início de sua segunda reminiscência, quando se refere à composição dos membros do júri. *Figuras, figurinhas e figurões - Um auditório pouco recomendável.* Assim começa esta reminiscência num tom que o próprio leitor poderá julgar se é de galhofa ou de fino humor. "Antes de tudo, reconheço que não sou especialista em retratos, quanto a caricaturas, não disponho, para elas, da necessária dose de espírito satírico." Ledo engano ou excesso de humildade, pois o que o autor das reminiscências demonstraria doravante para deleite de seus leitores era precisamente aquilo que dizia, com modéstia, não possuir. E o tempo em que passou a narrar fatos e comentá-los, transformou sua escrita em tintura literária sagaz e pedagógica, combinação que prendia mais e mais a atenção de seus leitores assíduos.

Em meio às crônicas, aos casos escabrosos e as tragédias a abalar a tranqüilidade de uma cidade longe ainda dos tempos de violência sistemática e indiscriminada, a revista mantinha uma atitude simpática em relação ao Chefe de Polícia, Aureliano Leal, principalmente em face de certas questões nas quais a moralidade da época, ou falsa moral, provocava algum desconforto. Era o caso da prostituição. Esta questão viria a aparecer com alguma freqüência nas páginas desta e de outras publicações da época. Discutia-se a regulamentação do meretrício no Rio. A revista em seu número 6 da primeira quinzena de abril de 1918 considerava que se tratava de uma "chaga que corrói o organismo social."

Evaristo de Moraes teria oportunidade de se referir à questão da prostituição em sua quinta Reminiscência. Nesta ele aludia ao fato de nos primeiros meses do ano de 1896 uma campanha policial foi desencadeada sem resultados satisfatórios. Faz menção ao apoio do jornal "O Paiz", no qual um dos seus redatores, o professor Ferreira da Rosa, mantinha uma seção diária sob a epígrafe "A Podridão do Vício". Evaristo de Moraes achava que o uso da repressão e as campanhas supostamente moralizadoras não iriam senão reforçar a contravenção, por razões que todos nós conhecemos até hoje.

No número 10 da revista, a matéria de Reminiscências se ocupa de um caso, o dos turcos, que revela uma curiosa situação, qual seja a de um *louco "cuja oportuna loucura ajuda a absolvição de outro."* Seu início parece anedótico, pois assim se refere ao tema: "Nos casos que vou recordar entraram, efetivamente, dois turcos, mas em situações

essencialmente diversas: - num, foi o turco que matou; noutra, foi o turco quem morreu.” Casos de vida a entreter e informar com acuidade e proficiência os leitores, saídos da pena de um criminalista que tanto quanto das leis sabia as coisas do cotidiano das pessoas, de suas fraquezas e de seus impulsos nem sempre controlados e muitos menos reprimidos, num país ainda às voltas com a sua afirmação nacional. Neste mesmo número, de 15 de novembro do seu primeiro ano de existência, Silva Paranhos comunica, depois de um afastamento em função de enfermidade acometida, que o periódico passaria a conhecer “nova fase”, com impressão em oficinas tal como já acontecia com os órgãos da grande imprensa. E reafirma a continuidade de seu redator-chefe “o eloqüente tribuno dr. Evaristo de Moraes que prossegue na publicação de seu livro inédito e escrito especialmente para esta revista – Reminiscências de um rábula criminalista.”

Nesta mesma edição da quinzena de 1 a 15 do mês de novembro, a revista evocava o episódio do atentado, já mencionado, contra o presidente Prudente de Moraes ocorrido no Cais Pharoux, Praça XV, no centro do Rio há vinte e um anos atrás. Começaria aí uma significativa mudança do conteúdo da publicação, que sem deixar de lado os assuntos relativos à violência e aos crimes passaria a registrar acontecimentos políticos de caráter contestador, sejam no âmbito das crises institucionais, como a do mencionado atentado, sejam as derivadas de atividades sindicais comandadas à época principalmente pela corrente anarco-sindicalista.¹⁴

Assim, no número subsequente, correspondente à segunda quinzena do mês de novembro, a revista destaca como matéria principal um dos muitos atritos entre as forças do mundo do trabalho e a repressão policial. Com o título *“Momento Rubro. Polícia ou Anarquismo? Dinamite em Ação”* a revista tece longo comentário sobre os incidentes. Sobre eles intitulou *“a Polícia descobriu mais um complô”*. Contudo, afirmava que com a *“experiência no assunto”* trataria desse assunto sem se omitir, ao dizer que *“antes de noticiar os fatos, dar a nossa franca e sincera opinião.”* Dessa maneira, o *ARCHIVO VERMELHO* assume a condição de uma folha jornalística de opinião e não meramente noticiosa ou informativa, de modo a insinuar a possibilidade remota de uma isenção praticamente inexistente no caso da cobertura de imprensa.

O exemplo desse confronto entre as forças da ordem e as dos operários liderados pelos anarquistas é revelador da posição da revista em face de sua postura opinativa. Acompanhar o relato desse fato torna clara a maneira de como seus responsáveis aludiam à matéria, praticamente só noticiada pelo periódico ou pelas folhas do sindicalismo combativo da época, mas inteiramente ausente da imprensa carioca. Alguns trechos da

longa descrição já nos permitem aquilatar o método de avaliação da redação da revista sob a direção de Evaristo de Moraes. O preâmbulo inicial da cobertura jornalística do fato é por si elucidativo:

Nesse caso dos anarquistas, ou supostos tais, que tanto ocupou os noticiários durante quatro ou cinco dias, misturou-se, como quase sempre acontece, uma parte de "conspiração" com outra talvez menor, de "provocação policial". (...) O que sabemos, o que averiguamos, o que ficará em pouco provado, é isto - operários mais ou menos inteligentes, imbuídos de idéias anarquistas e deslumbrados (não sabemos porque) com o maximalismo russo, decidiram desde alguns meses, fazer uma "experiência" no Brasil e começaram a falar sem reservas a respeito da sua idéia. A Polícia, que desde muito, tem gente sua nos meios operários, mandou "esquentar" o movimento, ajudando a sua expansão. Poderia, se quisesse, sufocá-lo no nascedouro, mas não quis, receosa de não ter tomada a sério, tal como lhe sucedeu quando foi da revolta dos sargentos, inspirada pelo Dr. Maurício de Lacerda e pelo jornalista Agripino Nazareth. (...) Os atos da Polícia têm de ser apreciados segundo os interesses e as orientações de cada grupo social. Para os industriais e para os adeptos do "status quo" econômicos, indiferentes à sorte dos operários, foi um belo golpe, pois, de uma vez, se pode acabar os sobressaltos, liquidar associações de trabalhadores, prender os propagandistas das novas idéias, desanimar os que resistem à triste condição do proletariado. (...) Os fins justificam "os meios" dirão os capitalistas e os conservadores, uma vez que foi para o ...bem, para o nosso sossego, - concluirão- a polícia merece nossos aplausos, quaisquer que tenham sido seus métodos (...) Por outro lado, os que, mesmo não sendo fanáticos do Anarquismo, nem partidários do Socialismo reconhecem a mísera situação dos operários e a razão de muitas das suas queixas, reprovam o excessivo rigor da polícia, e mais ainda os seus recursos de provocação e excitação, que não parecem dignos do nosso tempo, nem de homens cultos.¹⁵

A referência à revolta dos sargentos e a menção do seu inspirador, o também advogado Maurício de Lacerda, que com Evaristo de Moraes deram início a atividades de apoio aos sindicalistas, era um fato novo. Pela vez primeira a imprensa veicula a luta de oprimidos contra opressores sem tomar de pronto o lado destes. É interessante que a matéria destaca, sem mencionar literalmente a questão, o contraditório da luta de classes, porquanto há interpretações que obedecem, conforme sublinham, a interesses que são objetivamente inerentes às classes sociais em conflito. E cabe à polícia, como instituição a

serviço do Estado controlado pelas classes dominantes agir em defesa do *status quo* lembrado pelo texto.

Ao contrário dos jornais diários que reproduziam praticamente os prontuários da polícia, *ARCHIVO VERMELHO* duvidava de tais informes, e punha em relevo aspectos incomuns para uma República marcada pelo predomínio oligárquico profundamente hostil aos interesses dos trabalhadores. Vivia-se, naqueles tempos, um dos vários tipos de dualidade da sociedade brasileira. De um lado, a inércia e a passividade dos afortunados indiferentes com a sorte dos excluídos do sistema; de outro, a pulsação de uma modernidade a exigir processos de modernização de sorte a impulsionar o crescimento industrial e a criar as condições para o pleno desenvolvimento das relações capitalistas de produção. É bastante ilustrativa a passagem que a matéria expôs linhas mais adiante, como se lê abaixo:

Uma apreensão de ansiedade dominava a Capital, desde muitos dias, em conseqüência dos imprevistos que a política sofria, numa débâcle de surpresas. (...) Os céticos e os desinteressados encaravam com otimismo essa luta de idéias que se vinham debatendo nos arraiais da política. Os interessados, os diretamente prejudicados nas transformações porque a administração do país passava, tramavam idéias negregandas em seus espíritos atribulados por essa mesma contra-marcha. (...) E o ódio fervia e os vaticínios negros se desenhavam nos horizontes prognosticando acontecimentos de vulto, enquanto a polícia tomava um rumo oposto, amassando nas frias mesas do palácio da rua da Relação, o pão intragável que teriam de mastigar, nos dias sombrios de perseguição e de lutas, os fracos, os oprimidos, aqueles que por um natural instinto de conservação protestavam contra a morte lenta que os potentados, os ricos, os capitalistas, lhes aplicavam dentro das oficinas. (...) O Que São os Tecelões. (...) Uma das indústrias que, nesses quatro anos de guerra mais tem progredido e mais lucros tem proporcionado aos que a exploram é, incontestavelmente, a de tecidos. Constituídas, entretanto, por indivíduos que não tem a menor noção de caridade, as companhias de fiação e tecidos, começaram a proporcionar dividendos espantosos a seus acionistas, enquanto os míseros operários com ordenados mesquinhos morriam à fome. Foi por isso que alguns operários inteligentes conseguiram reunir em uma sociedade de classe 25.000 operários tecelões e à qual deram o nome de União dos Operários em Fábricas de tecidos. Era uma potência forte, ligados como estavam os operários, num só desejo de realizar os ideais que aspiravam. Depois de regulados os primeiros passos de União, bem depressa os industriais em tecidos compreenderam que iam

lutar contra uma muralha de ação e para não receber, isoladamente, os golpes que por ventura lhes fossem desfechados, criaram entre eles o Centro Industrial do Brasil. Animadas por esse exemplo de persistência outras classes obreiras constituíram-se em associações e todas elas reunidas criaram a União Geral dos Trabalhadores. Nunca a polícia viu com bons olhos essa fusão do proletariado e um pesadelo permanente absorveu o sonho dos garantidores da ordem. Não é preciso rememorar quantas vezes, parceladamente, a polícia provocou às associações operárias, invadindo-lhes as sedes, prendendo e deportando operários indefesos, com o carimbo de anarquistas. Mais de uma vez está provado, dentro dos umbrais de gabinetes de autoridades policiais de destaque foram tramadas greves com o intuito único de desarvorar essa fortaleza que se aumentava em muralhas, e que um dia seria potente para resistir às investidas dos magnatas do poder.¹⁶

Transitando entre a fina ironia e a denúncia diante do emprego de rigores da polícia, que nada mais se resume senão no emprego sistemático da repressão, o texto acima seguramente se não é da lavra de Evaristo de Moraes teve seu endosso e provavelmente seu substantivo conteúdo nele impresso. A referência ao Código do Trabalho¹⁷, cuja implementação deve-se não ao zelo patronal mas às pressões dos trabalhadores, tendo os seus sindicatos à frente, não é ignorado pela matéria. As classes dominantes temiam que as “ações diretas” dos partidários do anarquismo resultassem na perda de seus privilégios, e só esta possibilidade as torna vulnerável às demandas, quase sempre justas do operariado.

Os tecelões, categoria social de trabalhadores à época ativos participantes dos confrontos que a revista relata no artigo que se está a examinar, pertenciam, segundo o relato dos acontecimentos, à uma das indústrias que mais prosperaram nos anos em que transcorreram a Primeira Guerra (1914-1918): a de tecidos. Várias fábricas de tecido e tecelagem se instalaram a partir de então, em razão dos lucros fáceis de um mercado que crescera internamente em função da guerra, obrigando o país a adotar uma economia de substituição de importações., altamente interessante porque num país sem legislação protetora do trabalhador.

Todavia, a quantidade de fábricas que se abriu proporcionou, por outro lado, um reforço considerável do contingente de trabalhadores, a ponto de “reunir em uma sociedade de classe 25.000 operários tecelões e à qual deram o nome de União dos Operários em Fábricas de tecidos.” Sem dúvida, o incremento do movimento sindical fora bastante grande, o que permitiria que suas reivindicações acabassem “sensibilizando” o

patronato, mais pela tibieza do que pela consciência social despertada pela massa de ingressos no mundo do trabalho de um país onde este termo sempre esteve associado à escravidão, portanto, a subalternidade.

Mas, apesar dessa cultura política¹⁸ adversa, a presença de imigrantes nesse mundo do trabalho que nascia por conta da ainda lenta expansão capitalista entre nós, as conquistas dos trabalhadores começaram a surgir em decorrência de suas lutas e disposição de conquistá-las, o que põe por terra a idéia muito difundida segundo a qual os direitos trabalhistas só apareceram com Getúlio Vargas, o mesmo acontecendo com os sindicatos e a legislação trabalhista. Não obstante o impulso que Vargas indiscutivelmente proporcionou aos trabalhadores, mesmo com as limitações de uma legislação controladora, é preciso que se reconheça que a luta dos trabalhadores é que criariam as condições para uma mediação na relação entre capital e trabalho. O interesse pelo movimento sindical e pelas ações anarquistas num Rio de Janeiro pouco afeito às questões de natureza trabalhista, acabaria atraindo a atenção dos editores da revista, que começa lentamente a transitar do vermelho do sangue proveniente dos crimes bárbaros ou chocantes para o vermelho da coloração política e ideológica dos fatos que começam a agitar a Cidade. Dois tipos de violência a denunciar a ordem perversa de uma sociedade de passado colonial, escravocrata, excludente e profundamente conservadora para aceitar a convivência com o novo, o moderno, o progressista, dada a permanência de uma mentalidade arreada às mudanças de qualquer natureza. Fossem mudanças que representassem melhorias materiais para os seus habitantes, fossem de natureza a proporcionar a incorporação de novas experiências e idéias.

Mas a sociedade da segunda década do século XX na então capital da República era uma sociedade que começava a conviver com algum tipo de inquietação, a começar pelas eleições de 1910 que ao fechar o primeiro decênio inaugura o contraditório no campo da disputa política maior, o das eleições presidenciais. Pela primeira vez, na República com duas décadas de existência o pleito presidencial não seria meramente homologatório. Haveria, como houve, o confronto de duas candidaturas, as de Hermes da Fonseca e de Rui Barbosa. Primeira eleição competitiva a reunir duas facções das classes dominantes, organizadas sob forma oligárquica, e onde tanto o tradicional como o novo, o inovador, estavam presentes. Seja na Política das Salvações, o Salvacionismo do militar Hermes, seja no Civilismo empunhado pelo advogado e jornalista, além de político, Rui. Em ambos os casos, a competição sugeria que os candidatos apontassem para compromissos que pudessem representar uma sorte de continuidade e de mudança, ainda que esta não significasse profundas alterações nas estruturas sociais e políticas vigentes.

Por serem disputadas, as eleições chegam a contagiar os que se situavam no interior de um sistema político ainda fechado, haja vista as muitas exclusões da parcela majoritária da população. Até os trabalhadores terão por parte de Hermes e do Hermismo, que se cria em função de certos compromissos precariamente assumidos durante a campanha, alguma forma de referência, jamais algo mais do que isto. A rigor, a palavra compromisso vinculando setores da classe dominante com o proletariado em geral era ainda inadmissível para os políticos engomados da *Belle Époque* carioca. Contudo, o movimento sindical percebe que essa primeira fratura no seio das classes dominantes importaria em espaços a serem ocupados mediante a tenacidade de suas lutas em prol de melhorias concretas de seu cotidiano de fábrica e de seu entorno familiar. As contestações começam a se reproduzir mais e mais fortalecendo a musculatura de um movimento social que permanece no geral carente de conquistas de maior expressão. Elas virão pelo acúmulo de lutas que se sucedem e se alternam em diferentes espaços de uma sociedade que percorria com dificuldade a travessia em direção à modernização capitalista.¹⁹

Mais rápida do que a internalização capitalista no país e mais eficiente que seus métodos de extração da mais-valia era a atividade da polícia. Com o crescente caso de focos subversivos a atormentar o sono dos poderosos, os policiais se vêem às voltas com muitos casos de explícitas tentativas de alteração da ordem pública. Porém, se intensificam também as investigações, as técnicas de infiltrações tanto nas entidades sindicais quanto nas organizações políticas e ideológicas do proletariado, dispostas estas organizações a porem em prática planos revolucionários, cuja existência se torna mais freqüente após o êxito alardeado pelas notícias desencontradas que chegavam da Revolução na Rússia, em 1917. Pela descrição da matéria de fundo do número 13 da revista, relativo ao período de 16 a 31 de dezembro de 1918, aproximadamente um ano após a vitoriosa ascensão ao poder dos bolcheviques na então Rússia czarista, percebe-se tratar de uma reprodução quase integral do inquérito policial ao qual a revista teve acesso. Aqui, vamos tão-somente reproduzir as partes que nos parecem mais significativas do longo informe intitulado *O Movimento Maximalista no Rio*.

... em fins de outubro verificou-se que indivíduos vezeiros na perturbação da ordem ou anarquistas confessos, como Manoel Campos, João da Costa Pimenta, Carlos Dias, José Romero e muitos outros freqüentavam, em pequenos grupos, mas muito amiudamente, a casa do professor Oiticica, à rua Canabarro n. 49, como também em número muito mais avultado observara reuniões muito mais concorridas do que

aquelas na sede da União dos Operários em Fábricas de Tecidos, como também na construção civil, vindo ainda a saber que andava a fazer distribuição de bombas de dinamite, e por isso, por intermédio de seus auxiliares, fazia seguir e observar todos os citados indivíduos, preocupando-se também com a descoberta dos esconderijos das referidas bombas; procedidas a essas diligências, quando em princípios de novembro foi apresentado o sr. Tenente Jorge Elias Ajús, que soube tomara parte, com ciência do Chefe de Polícia, em reuniões em casa do professor Oiticica; dessa data em diante passou a agir, de conformidade com o Tenente Ajús, tendo verificado a realização até 18 de Novembro, de duas ou três reuniões, onde compareceram cinco ou seis pessoas em casa do professor Oiticica, e no dia 15, pelas 12 horas, realizou-se à rua do Carmo n. 70, sobrado, uma grande reunião com a assistência de cerca de 40 indivíduos, inclusive operários tecelões e metalúrgicos. Tendo conhecimento de que no movimento que se operava tinha a União dos Operários em Fábricas de Tecidos, grande preponderância pelo seu número de sócios, recursos pecuniários, fez sentir ao seu presidente e secretário, Manoel Castro e Joaquim Moraes, que era mister tomar, a referida Associação, cuidado no caminho que estava trilhando, pois a União estava francamente se desviando de seu fim para trilhar o caminho da subversão da ordem, fazendo-lhe ainda sentir que a polícia era conhecedora de todos os seus passos e movimentos e que agiria com energia. A despeito das observações, a diretoria da União dos Operários continuava francamente a agitar a classe e a ter parte direta no movimento que se preparava; este movimento foi definitivamente aprovado na reunião de 15 para manifestar-se no dia 18, às 16 horas, e consistia na subversão da ordem, tendo por objetivo depor o governo constituído para elevar um governo de operários e soldados; no dia 18, teve ciência de que os envolvidos no movimento, das 12 às 14 horas, se encontrariam à rua da Alfândega n. 22, como desse o chefe de polícia ordem para efetuar a prisão de todos os que lá fossem, o comissário Rodrigues dispôs de todos os seus auxiliares, efetuando, no referido prédio e imediações, a prisão de Manoel Campos, Ricardo Perpétua, Astrojildo Pereira, Augusto Leite, Carlos Dias, tendo sido também preso momentos antes pelo major Carlos Reis, o professor Oiticica; a despeito de haver empregado todos os esforços no sentido de conseguir a prisão de Manoel Castro, Joaquim Moraes, Raymundo Martins, João Pimenta da Costa e muitos outros que soube terem tomado parte ativa e decisiva nos acontecimentos de 18 de novembro, não o conseguiu, porque, depois do malogro da revolução, fugiram e se conservaram escondidos.²⁰

Assim, a crítica que a revista expressa não deixa de incorporar os termos do relato policial, uma vez que o compromisso com os trabalhadores cessa no momento em que estes servem a causas políticas e doutrinárias, como a dos maximalistas revelador da matéria que se focaliza no amplo artigo veiculado nesse número. Existe na adaptação dos termos policiais com vistas à editoração uma certa consternação. Seu conteúdo sugere um constrangimento em razão de trabalhadores ciosos de seus direitos e vontades de melhorar suas vidas serem submetidos a enveredarem para ações subversivas. O desvirtuamento da luta dos operários para o atendimento de interesses meramente políticos, mesmo quando estimulado por ações aparentemente assistencialistas, como ocorreu por ocasião da gripe que se abateu no Rio naquela época, chocava os defensores de um sindicalismo puramente voltado para a defesa dos interesses econômicos dos assalariados. No dizer de seu filho, o acadêmico da ABL e professor Evaristo de Moraes Filho, em sua Introdução à quarta edição de "Apontamentos de Direito Operário", seu pai ao longo de sua vida identificou-se com:

...uma espécie de social-democracia, na qual se somassem as conquistas econômicas e sociais às liberdades políticas da democracia liberal. Pela intervenção do Estado, mediante medidas legislativas, poder-se-ia alcançar uma sociedade mais solidarista, menos injusta e menos desigual. Não era adepto da violência nem do recrudescimento da chamada luta de classes.²¹

A par dessa atitude de separar o sindicalismo da subversão, mediante o uso das massas trabalhadoras para fins exclusivamente revolucionários, no intuito de, uma vez no poder, por em prática uma política favorável ao proletariado; há, na matéria, uma detalhada explanação das ações subversivas dos anarquistas articulados em alguns pontos da Cidade, conforme expõe o arrazoado do histórico com base no inquérito policial. Nesta, percebe-se a existência de um grupo de ideólogos, organizadores e responsáveis pela arquitetura do projeto com vistas à tomada do poder, cujos membros se projetariam anos depois no cenário político brasileiro. Outros permaneceriam como referências teóricas do ideário anarquista no Brasil. No primeiro caso, o dos que se projetariam cultural e politicamente se encontra Astrojildo Pereira, que viria a ser um dos fundadores, em março de 1922, do Partido Comunista do Brasil (PCB), além de se destacar como ensaísta e crítico literário, com várias contribuições na imprensa. No outro caso, o dos teóricos (mas também ativistas) um dos nomes arrolados no inquérito era o do professor Oiticica. Intérpretes e executores das idéias anarquistas tornar-se-iam respeitados mesmo pelos que a eles se opunham em razão de suas idéias contrárias à ordem política do país. *Esse movimento era mais de perto acompanhado pelo comissário Júlio Rodrigues, chefe da seção de Segurança Pública e Ordem Social da Inspetoria de Investigações e Capturas. Por*

*isso o depoimento desse funcionário relata minuciosamente tudo quanto precedeu as desordens de 18 de Novembro. De há muito vinha observando certa agitação no seio operário, onde não raros elementos anarquistas e perturbadores da ordem pública, conhecidos da polícia, concitavam os operários nas associações a exigirem do governo providências demasiadas, como se verificou ou no caso da agitação produzida durante o período da gripe, quando criaram um "comitê" de combate à fome, cujo objetivo era francamente de subversão à ordem pública...*²²

A questão da ordem pública, freqüentemente invocada pelas autoridades policiais, era muito cara para a elite dominante, fosse ela vinculada umbilicalmente à esfera do poder político ou aos emaranhados grupos de pressão e interesse que sempre se situam na periferia dos que detêm o poder político. Era o caso dos que constituíam a representação das diversas instituições políticas, tais como a imprensa e seus órgãos encarregados pela informação e formação da opinião pública, numa sociedade em que o Estado se impunha largamente em relação à sociedade.

Enquanto os desdobramentos do episódio anarquista ganhavam o interesse dos leitores, prosseguiram a cada edição da revista os capítulos do livro que Evaristo de Moraes se dispusera a fazer narrando as suas experiências através de casos que descreviam a minúcias. No número 14, da primeira quinzena do mês de janeiro do ano de 1919, o nosso rábula criminalista retoma o caso das "degoladas da rua Senhor dos Passos". Apesar de fazer menção a crimes e situações de forte emoção aos seus leitores, a análise que empreendia tecendo comentários aqui e ali sobre as maquinações e motivações que geralmente estão presentes nessas situações, tornava o crime em si algo compreensível à luz de uma lógica, cujo brilhante raciocínio de Evaristo se destacava em meio a tensões que eram inerentes aos personagens das tramas. Ou por outras vezes, suavizadas pelo tema mais heterodoxo do livro, como no número 16 da revista, no qual aborda "O 'belo sexo' no início da minha vida profissional". Quebra, neste capítulo, o frenético inventário dos casos para deleite do leitor já preso ao texto que se tornara familiar.

Há uma exceção nas "Reminiscências..." no que se refere ao estilo solto e lógico das narrativas de Evaristo de Moraes, e sobretudo à leveza no trato dos mais duros casos. Trata-se do número 17, correspondente ao décimo capítulo de seu livro. Nele Evaristo trata de algo muitíssimo particular e que lhe provocou forte emoção, porquanto envolveu um caso em que seu pai foi inculpado e o rábula teve de defendê-lo. Intitulou o referido capítulo de "A mais dolorosa das minhas recordações". Assim começa o capítulo:

Bem quisera eu poder resvalar sobre o ato mais celebrado da minha labutação forense, mas neste trabalho de sinceridade seria imperdoável. Toda a gente compreende quanto me custa dizer que o processo feito a meu pai constitui uma das maiores vergonhas da nossa justiça, praticada com animação culposa de certa imprensa, ávida de escândalos e talvez ao serviço de interesses e paixões não muito confessáveis.²³

O rábula das "Reminiscências..." tinha então 58 anos de idade quando descreve para a revista o seu drama sem, contudo, deixar de cumprir o papel de inventariante voluntário de uma experiência fantástica numa sociedade que preservava, por vezes ou sistematicamente, como queiram, a hipocrisia em face da vida e dos impulsos vitais do ser humano. Contra a estrutura conservadora e profundamente zelosa no mascaramento das contradições e da falsa moral, o autor de "Reminiscências...", neste preciso e precioso capítulo da mais alta envergadura de carácter, aparece de maneira magistral. As possíveis reticências que possam transparecer na leitura do seu arrazoado espelham muito mais a sua dor do que o intuito de esconder de seus leitores o teor explícito do processo que tanto o havia atormentado.

Pungente foi, sem dúvida, a participação de Evaristo de Moraes nesse caso. Basta que nesta reminiscência dura de ser lembrada se extraia a seguinte passagem, reveladora de seu estado ao reconstituir aquele momento.

Anunciava-se, às claras o linchamento dos juízes que ousassem julgar contra a paixão e o interesse coligados. Facilmente se imagina a atmosfera que pesava naquele recinto, onde se aglomeravam duas ou três mil pessoas, defrontando um jury, cuja deliberação fora, assim, predominante. (...) É mais fácil ainda será imaginar a emoção de um filho que, afastado embora de seu pai, tinha de cumprir, como pudesse, o dever que lhe era imposto pelo sangue e por ordem respeitabilíssima nascida de uma generosidade santa! Antes, na véspera, houve quem friamente, serenamente, no silêncio de um gabinete do "Fórum", lhe aconselhasse faltar a esse "dever" para... evitar agressão possível, ataque do povo (?!), quiçá a morte.²⁴

A partir da direção de Clodoveu de Oliveira, e após a saída de Aureliano Leal da Chefatura de Polícia, a revista passou a fazer críticas acerbas à ação repressora de seu substituto, Germiniano de Franca. A repressão tem sido, ao longo da história, uma característica marcante das operações policiais, seja pelo simples despreparo desses

agentes da ordem pública, seja pela cultura política que incorporou métodos de subjugação desde os tempos áureos da escravidão. No Rio, as ações de polícia se dirigiam, como se percebe até os nossos dias, aos negros e aos migrantes do nordeste brasileiro em especial. Da prática abusiva combinada com o preconceito racial e regional, as gerações de policiais e homens encarregados pela “paz social” foram aperfeiçoando os usos e abusos de uma relação que principia pelo constrangimento da abordagem ao cidadão tido como suspeito e se estende à promiscuidade com os bandidos.

No número 50 da revista, da última quinzena de dezembro do ano de 1920, percebe-se uma mudança radical na cobertura dos fatos criminosos da cidade. O alvo das críticas é a sucessão de desmandos da polícia no trato com o povo, em especial com o povo mais humilde. Na realidade, a revista que começara sua trajetória na imprensa sustentando a ação dos policiais agora recrimina sua conduta e não poupa o responsável pela segurança da então Capital Federal.

O sr. Germiniano da Franca, de cujas intenções e sinceridade não queremos duvidar, se deixou captar, por completo, pelos elementos deixados na Polícia Central pelo seu antecessor e tem sido infeliz, muito infeliz mesmo... (...) Os espancamentos praticados por policiais são cada vez mais constantes e bárbaros. Zona há, da cidade, onde os pobres e humildes vivem sob uma pressão intolerável, exercida por beaguins de baixa estofa, tipos que deviam estar recolhidos às prisões.²⁵

Já no número 47, a capa da revista exhibe o retrato da cintura para cima de uma vítima das sevícias causadas pelo espancamento de policiais. Tratava-se de Júlio de Moura, numa das mais candentes demonstrações de repúdio às práticas adotadas nos estabelecimentos policiais. E o teor da campanha continua nos números subsequentes. No seguinte, o 48, a chamada de capa tem por título “A Greve de Fome” em referência a atitude dos policiais do Estado do Amazonas, e abaixo uma charge mostra um diálogo em que alguém aponta para um indivíduo franzino, *Zinho*, da polícia daquele Estado em plena greve de fome, enquanto um outro participante do diálogo diz: *Enquanto isso seus colegas daqui come gente viva.*

No número 49 uma vez mais o recurso da charge é usado para caracterizar a falta de critério na abordagem e detenção de alguém, aparentemente suspeito nas ruas do Rio. Essa situação de despreparo foi permanentemente demonstrada pela revista em diversas oportunidades, sobretudo depois da saída de Aureliano Leal, que gozava de prestígio dentro e fora da polícia carioca. Essa atitude crítica em relação à conduta dos policiais tinha sido

desde os primeiros números do periódico uma constante, só que nos tempos do *doutor* Leal a crítica dirigia-se mais para a situação social, como a que fora veiculada no número 9, através de uma charge também. Nesta edição, a capa é representada por dois cidadãos, um engravatado, de colete e chapéu coco, como mandava o figurino dos cartolas da época, e o outro trajava um uniforme de presidiário. Este inicia a conversa:

- *Então até logo, ó colega.*
- *Como, colega?*
- *Sim, pois não é verdade que ambos vivemos do crime?*²⁶

Cai o pano rapidamente e eis uma crítica social própria a uma revista cuja temática dominante é o crime e as demais contravenções. Evidentemente que crime e contravenção maiores são praticados pelos mais bem situados na escala social, geralmente, e desde aquela época, impunes em face dos atos lesivos cometidos contra o povo. Foi assim, com altos e baixos, ora tratando as edições com absoluta cobertura aos mais variados casos de violência na cidade e, por vezes, fora dela, quando o caso comportava o interesse dos leitores, ora mesclando esses casos com o noticiário político, quase sempre vinculados igualmente à violência. Fosse nas manifestações políticas dos anarquistas, fosse nos pronunciamentos de autoridades ou mesmo de analistas acerca da conjuntura da ocasião.

O *Arquivo Vermelho* teve duração efêmera, como acontecia com a imprensa alternativa daquela época, mas ocupou um espaço importante no cenário dos jornais de opinião. Ao denunciar e expor em detalhes os famosos “casos escabrosos” procurou desvendá-los. Mais do que isto, tratou-os com seriedade buscando entender as motivações desses crimes e, quando era próprio, vinculando-os a situações sócio-econômica e histórica do país. Prestou, assim, uma contribuição valiosa, e ainda proporcionou o contato com intelectuais da época.

NOTAS

¹Optamos por manter a ortografia da época para o vocábulo título desta revista.

² ARQUIVO VERMELHO, nº1, de 16 de janeiro-31 de janeiro de 1918, p. 1. Doravante mencionaremos as notas relativas ao periódico pelas iniciais AV.

³ Este jornal circulou de 1914 a 1927. Era uma folha de caráter político, *apud* Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

⁴ Ver Sheldon Leslie Maram. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro (1890-1920)*, Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1979.

⁵ Desde a última década do século XIX, o nome de Evaristo figura como signatário do Partido Operário, de orientação sindicalista, ao lado de um outro nome que se destacaria mais tarde no campo da atividade jornalística, Gustavo Lacerda.

⁶ O livro foi publicado no ano de 1922.

⁷ AV, nº4, de 1 – 15 de março de 1918.

⁸ Trata-se de ação perpetrada por fanáticos florianistas e jacobinos cariocas quando da recepção das forças militares chegadas dos campos de batalha de Canudos. A recepção se deu na Praça XV, e foi desencadeada pelo Anspeçada (patente militar subalterna existente à época) Marcelino Bispo. Ao postar-se à frente do presidente o ministro da guerra, general Bittencourt, foi mortalmente alvejado pelo punhal de Bispo.

⁹ As ilustrações das matérias e reportagens com base em fotografias extremamente realistas, tais como a exposição de vítimas de crueldade banhadas de sangue, ou rostos desfigurados em primeiro plano e em imagens destacadas impressionavam o leitor de uma época em que tais expedientes jornalísticos não eram comuns.

¹⁰ AV, nº 7, de 1 – 15 de maio de 1918.

¹¹ Evaristo de Moraes. *Reminiscências de Um rábula criminalista*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Editora Briguet, 1989,

¹² Segundo *Caldas Aulete*, o termo se aplica a “advogado pouco culto, incompetente ou pilantra.” Mas também significa “quem exerce a advocacia sem ser qualificado; sem ter diploma”. Evidentemente que Evaristo de Moraes se atribuía o termo não em razão da primeira das definições, pois neste caso estaria pilheriando consigo mesmo.

¹³ AV, nº 7, de 1-15 de maio de 1918, p.1.

¹⁴ Esta corrente anarquista sustentava a idéia de que o sindicato livre e movido exclusivamente pela *ação direta* dos operários construiria a sociedade do futuro. Seria, pois, o sindicato o embrião da nova era. Em geral, seus simpatizantes eram imigrantes italianos.

¹⁵ AV, nº 11, de 1-15 de novembro de 1918.

¹⁶ Op.cit. pp.1 e 2.

¹⁷ É oportuno lembrar que até esta época o mundo do trabalho não era regido por normas que possibilitassem quaisquer direitos dos trabalhadores reconhecidos pelo Estado. Havia como que uma alegabilidade, isto é, um descompromisso para com os trabalhadores e seus familiares.

¹⁸ Para definir este conceito emprego aqui o sentido de práticas sedimentadas, isto é, uma cultura política é construída historicamente mediante o uso constante de hábitos, atitudes e modos de ser que se internalizam no seio de sua gente.

¹⁹ Ver "A Década de 1920 e as origens do Brasil Moderno", de Helena de Lorenzo e Wilma Peres da Costa, editado pela UNESP/Fapesp, 1997.

²⁰ AV, nº 13, de 16-31 de dezembro de 1918.

²¹ MORAES FILHO, Evaristo. Introdução ao *Apontamentos de Direito Operário*. São Paulo: LTr, 1998, p. XLIV.

²² AV, nº 13, de 16-31 de dezembro de 1918, p. 3.

²³ AV, nº 17, de 15-28 de fevereiro de 1919.

²⁴ AV, nº 17, de 16-28 de fevereiro de 1919, p. 3.

²⁵ AV, nº 50, de 1-15 de abril de 1919.

²⁶ AV, nº 49, de 16-31 de março de 1919, p. 1.

Resumo: Este artigo trata da trajetória de um periódico carioca que se ocupou da criminalidade na Cidade do Rio de Janeiro e incluiu em suas páginas um outro tipo de violência, a da repressão aos movimentos sindicalistas, na época, liderados pelos anarquistas. A periodicidade dessa revista era quinzenal e circulou entre 1918 e 1920.

Resumé: Cet article s'agit d'une revue sur les problèmes de la criminalité dans la cité du Rio de Janeiro. C'était une revue où la violence de la police sur les travailleurs et leurs syndicats, sous la leadership des anarchistes, sont dénoncées. Cette feuille a circulé dès 1918 jusqu'à 1920.

Palavras-chave: arquivo, imprensa e criminalidade/ archives, presse et criminalité.

* Lincoln de Abreu linpe@terra.com.br. Professor do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UNIVERSO/RJ, Doutor em História Social pela USP. Autor de República Brasileira, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999 e O Progresso da Ordem. O Florianismo e a Construção da República, Rio de Janeiro: Sete Letras, 1997, entre outras publicações.
